



PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: RELATO DA EXPERIÊNCIA SOBRE O MÓDULO I

VINÍCIUS DE SOUZA NASCENTE¹; JORDY OSWALDT²; CHRISTIAN PERES DA COSTA³; NAYENE GOUVÉA HENRIQUES⁴; LUCAS VICENTE⁵; ROSE MERI SANTOS DA SILVA⁶

¹*Universidade Federal de Pelotas – nascente96@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – jordyhoswaldt@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – christianescola92@gmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – nayenegh@gmail.com*

⁵*Universidade Federal de Pelotas – lucasvicentte@hotmail.com*

⁶*Universidade Federal de Pelotas – roseufpel@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

A formação do aluno do curso de licenciatura deve passar por um processo interativo e dinâmico, que agregue conhecimentos e saberes ao longo de sua trajetória acadêmica, gerando uma capacidade crítica e criativa sobre suas estratégias de atuação docente. Desta forma, práticas que possibilitem a imersão do graduando no ambiente escolar desde as primeiras fases do curso, proporcionam a incorporação dos papéis da docência, tendo um maior contato com a escola nos processos iniciais da formação. Isto permite que o futuro professor possa compreender as dificuldades e os benefícios encontrados na carreira (PIRES, et al. 2017).

Neste sentido o Programa de Residência Pedagógica (PRP) apresenta-se como um programa nacional de formação de professores, desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes), que visa proporcionar uma intervenção docente nas escolas sob orientação da universidade e a supervisão de orientadores e preceptores (BRASIL, 2018; BRASIL, 2019). Uma das particularidades deste programa é que o mesmo proporciona, a seus integrantes, experiências pouco exploradas na matriz curricular dos cursos de graduação.

Dentro deste contexto, a presente investigação foi elaborada com o objetivo de relatar o que vem sendo trabalhado pelo PRP da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), mais especificamente no núcleo de Educação Física no Módulo 1, desenvolvido entre os anos de 2020 e 2021, assim como as experiências e vivências proporcionadas a partir disso. Essas experiências se deram ao longo de seis meses através de interação com professores, preceptores, colegas residentes e orientadora.

Vale ressaltar o momento de exceção vivido no Brasil atualmente causado pela pandemia da CoVid-19 (Sars-CoV-2) que impossibilitou as aulas presenciais em todo território nacional durante o período, causando diversos debates sobre ensino remoto, ensino híbrido e suas consequências e dificuldades.

2. METODOLOGIA

As experiências vivenciadas no Programa de Residência Pedagógica, no subprojeto da Educação Física da UFPEL, no 1º modulo, ocorreram entre 22 de outubro de 2020 até 06 de maio de 2021 e se deram através de encontros virtuais, realizados pela plataforma Zoom e Google Meet.



O trabalho desenvolveu-se a partir de reuniões gerais, que ocorreram virtualmente devido à pandemia de CoViD-19, impossibilitando aulas e reuniões presenciais no período. Dentro desse contexto de impedimento de ida ao campo, nós residentes nos vimos em uma nova forma de aprendizado. Através destes encontros, que eram feitos por vídeo conferência com a participação de todos residentes e preceptores do programa e mediadas pela orientadora, uma docente da UFPEL, realizada pela plataforma Zoom, utilizamos de ferramentas como o Power Point para realizar a apresentação de trabalhos com o auxílio de vídeo e áudio.

Para além das reuniões gerais foram realizadas atividades específicas por escolas, sendo que inicialmente houve a escolha dos educandários pelos discentes e pela orientadora. Destaque-se que a instituição escolhida, para atuarmos como residente, foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Francisco Simões, localizada em uma zona central da cidade de Pelotas/RS.

Posteriormente, começaram as reuniões apenas dos núcleos escolares em dias diferentes das reuniões gerais e, desta vez, os encontros aconteceram pela plataforma Google Meet. Estas conferências foram mediadas pelo professor preceptor, ou seja, um professor da escola que auxilia e orienta os alunos da residência pedagógica durante a atuação no programa. Nestes encontros dos núcleos escolares, foram alinhavadas formas de apresentação de trabalho, debates sobre os temas trabalhados e indicações de leituras.

Com o possível retorno das aulas, sucederam-se reuniões pedagógicas da escola com a participação dos professores e todo núcleo direutivo. Estes encontros trataram principalmente sobre a condição da escola e dos professores com as adversidades das aulas online, das plataformas utilizadas e dos critérios de avaliação dos alunos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PRP da UFPEL pelo núcleo Educação Física proporcionou aos seus residentes um contato mais próximo com o “chão da escola” mesmo com as adversidades que a pandemia de CoVid-19 trouxe aos terrenos da aprendizagem.

Através de uma apresentação virtual, os preceptores mostraram suas escolas, a sua estrutura física e quais as realidades educacionais eram vividas por eles como professores de Educação Física. Nesse contexto, o PRP tentou passar aos discentes uma visão realista e concreta das atividades que são executadas dentro das escolas, proporcionando aos residentes uma oportunidade de debate, interação e diálogo sobre as legislações atuais em âmbitos nacional, estadual e municipal sobre a prática da Educação Física.

Dentro das reuniões gerais, também foram trabalhadas abordagens pedagógicas da Educação Física, utilizando metodologias como ensino guiado e apresentação de trabalhos para a melhor compreensão dos temas propostos.

Ao que se refere a abordagem didática pode-se dizer que, a partir de apresentações dos residentes em trabalhos em grupo via Power Point e vídeo conferência, estudamos algumas abordagens pedagógicas como a Crítico Superadora, Crítico-Emancipatória, Construtivista, Educação Física Plural, Educação Física para Promoção da Saúde. Nessas apresentações os residentes buscaram esmiuçar cada detalhe de formação dessas teorias, estudando suas origens, autores e precursores. Esses estudos e apresentações geraram debates sobre o que essas teorias realmente propõem para o ensino da Educação Física, quais os impactos dessas abordagens teóricas na prática da aprendizagem e



como executá-las realmente através de um plano de aula definido com início, meio e fim.

O trabalho dessas abordagens proporcionou aos residentes uma maior aproximação com a realidade e com o que vem sendo trabalhado dentro das escolas. E para um maior conhecimento do que vem sendo posto em prática, há uma necessidade de se conhecer a legislação atual.

Outro tema fundamental que se apresentou nos estudos direcionados do PRP foi a legislação vigente no Brasil atualmente na educação e mais especificamente na Educação Física. Através de vídeo conferências, os residentes divididos em grupos apresentaram os documentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Referencial Curricular Gaúcho (RCG) e o Documento Orientador Municipal (DOM) da cidade de Pelotas/RS. Estes documentos norteiam as bases da educação em níveis nacional, estadual e municipal, respectivamente.

A partir desses estudos, apresentações e debates, os residentes obtiveram uma melhor concepção dos conteúdos que são trabalhados nas escolas atualmente, a partir de uma base que indica quais conteúdos e temas transversais serão trabalhados de uma maneira geral (BNCC) e quais as peculiaridades locais (RCG e DOM) dos conteúdos que serão apresentados.

Após uma apresentação desses conteúdos aos residentes, desenvolvia-se o debate sobre quais interesses, muitas vezes comerciais e neoliberais, estariam por trás desses documentos, quais foram as origens e propósitos da formatação desses documentos no cenário atual da educação no país. Como demonstra Kunz (1994), precisamos estar atentos a quais interesses servem nosso modelo de educação; Assim como não podemos aceitar que nossa educação trate os processos educacionais na infância, como uma mera fase preparatória para a vida adulta, como alerta Gallahue e Donelly (2007).

Outro debate que correu foi qual nível da qualidade de ensino das escolas no Brasil se o documento normativo da BNCC tem conexão com a realidade ou é meramente norteador para algo que beira o hipotético ou o utópico. Debateu-se se há como executar os conteúdos e as temáticas abordadas em uma realidade que atesta a falta de materiais, quadras de qualidade e na maioria das vezes gira em torno da pobreza. Nesses debates surgiram os mais diversos relatos das mais diferentes vivências dentro da escola. Conseguimos concluir que as atuais diretrizes da educação estão indo em uma direção oposta do que foi proposto por Soares et al. (1992), em sua abordagem sobre a cultura corporal.

Após os estudos dos documentos normativos a nível nacional, foi apresentado finalmente um documento que orientava o Ensino Remoto no Rio Grande do Sul. O documento foi apresentado e debatido pelos residentes e professores, certificando a diferença entre os termos do documento e os termos apresentados no documento inicial, que é o RCG.

Já na questão do ensino remoto, nas reuniões pedagógicas da Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Francisco Simões, com a participação dos professores, foi relatada a dificuldade que os mesmos têm em acessar as plataformas e lecionar aos alunos.

4. CONCLUSÕES

Durante o período que nos foi proporcionado participar do Programa de Residência Pedagógica pela UFPEL, pudemos, através das reuniões, debates e apresentações conhecer mais da realidade dos professores em suas vivências



práticas tanto dentro da sala de aula, como as dificuldades do ensino remoto e até as reuniões pedagógicas internas. Essas vivências trouxeram uma aproximação entre a realidade da escola, o cotidiano dos professores e dos residentes, aproximação considerada fundamental no processo de formação dos licenciandos enquanto professores.

Além disso, os estudos direcionados sobre legislação, leituras, abordagens e aprofundamento em temas cruciais, que pautarão nossas futuras vivências como professores, são de grande valia para a nossa formação e construção como professores da Educação Física.

Após essa experiência inicial, acreditamos que a residência pedagógica deveria ser algo próximo a um componente curricular, para que os alunos pudessem se aprimorar nos seus estudos de forma direcionada antes de entrar nas escolas. Sendo um componente curricular, este conteúdo trabalhado e estudado não ficaria apenas restrito a um pequeno grupo de alunos. É uma experiência muito rica e proveitosa que ajuda a formar professores das mais diversas áreas de maneira mais completa e mais preparados para a realidade das escolas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – Documento Oficial. MEC. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº 259, de 17 de dezembro de 2019. Dispõe sobre o regulamento do Programa de Residência Pedagógica e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). **Diário Oficial da União** nº 245 Seção 1, 19 de dezembro de 2019. p. 111. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-259-de-17-dezembro-de-2019-234332362>. Acesso em: 08 mai. 2021.

FREIRE, J. B. **Educação de Corpo Inteiro: Teoria e prática da Educação Física**. 4. ed. [S. l.]: Editora Scipione, 1994.

GALLAHUE, D. L.; DONNELLY, F. C. **Educação Física Desenvolvimentista para todas as crianças**. 4. ed. [S. l.]: Phorte, 2007.

KUNZ, E. **Transformação Didático-Pedagógica do Esporte**. 6. ed. rev. [S. l.]: Editora Unijuí, 1994.

PIRES, V.; DO NASCIMENTO, J. V.; FARIA, G. O.; SUZUKI, C. C. M. Identidade docente e educação física: Um estudo de revisão sistemática. **Revista Portuguesa De Educação**, v. 30, n.1, 35–60. 2017.

SOARES, Carmem Lúcia et al. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. Cortez Editora, 1992.